



TERMO DE REFERÊNCIA

Este termo de referência é pertinente à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, visando à contratação para **EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES.**

1. DO OBJETO

Obras civis e elétricas para **Execução de Obras de construção de 03 salas de aula:**

EEEFM MARIA JOSÉ ZOUAIN DE MIRANDA - localizada na Avenida Guarapari, s/nº no bairro Jardim Limoeiro no município da Serra – ES, CEP: 29164-120.

As salas de aula serão construídas num formato modular com blocos de concreto estrutural desenvolvido pela GERFE/SEDU, denominado Unidade Padrão de Blocos de Concreto (UPBC), implantadas conforme projetos de engenharia.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

1.1.1. Implantação de um módulo UPBC de 03 (três) salas de aula.

2. DO OBJETIVO

O objetivo deste Termo de Referência é definir o objeto da licitação e do sucessivo contrato, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para contratação do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA

A Gerência de Planejamento (GEPLAN) da SEDU, através da REP/SEDU/GEPLAN/Nº17, solicitou à Gerência de Rede Física Escolar (GERFE), a construção de salas de aula para atendimento às demandas de crescimento por vagas, em algumas escolas da rede.

As intervenções aqui empreendidas dizem respeito à construção de ambientes que serão utilizados para o ensino público, atendendo a um público de até 120 (cento e vinte) alunos distribuídos nas 03 (três) salas de aula.

4. DO VALOR

O valor estimado para a execução do objeto é de **R\$ 266.764,04 (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos)**, conforme orçamento nº 710701 com data base de setembro de 2017.



5. DA LEGISLAÇÃO, DAS NORMAS E DOS REGULAMENTOS

Este documento foi elaborado com base nas seguintes legislações, que devem ser respeitadas para a execução do objeto a ele relacionado:

- a) Lei nº 8.666/93 de 21 de junho 1993;
- b) Decreto Estadual Nº 2971-R, de 08 de março de 2012;
- c) Normas técnicas da ABNT ou, na falta dessas, dos organismos internacionais;

6. DOS PRAZOS

O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço e de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo ao processo.

Nota: Cada período informado no cronograma físico-financeiro corresponde a 15 (quinze) dias.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Capacidade técnico-operacional:

A licitante deverá apresentar registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93).

a) Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados no Item 1 deste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA/CAU, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, na forma do art. 30, II c/c § 2º, da Lei Federal n. 8.666/93, são, cumulativamente:

Item	Descrição dos serviços	Mínimo
I	Execução de obra de construção ou reforma de edificação (ões) executadas com bloco estrutural de concreto.	90,00 m ² (área construída mínima)

c) Caso a comprovação da capacidade técnico-operacional seja feita através de atestado do Responsável Técnico da empresa, deverá estar expresso na Certidão de Acervo Técnico (CAT) que o profissional que a detém estava à época da execução da



obra/serviço vinculado ao licitante, podendo essa vinculação também ser comprovada na forma do Item 7.1.

d) O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados.

e) Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

f) Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a obras e/ou serviços em andamento.

Deverão ser indicados os seguintes profissionais como responsáveis técnicos para acompanhamento dos serviços, detentores de Acervo Técnico:

7.2- Qualificação Técnica – Profissional

Os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços, deverão dispor de Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, chancelado(s) pelo CREA ou pelo CAU, acompanhado(s) da(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT que comprove(m) a execução dos serviços de característica semelhantes conforme capacidade técnico-profissional do licitante, na formado art. 30, I, da Lei Federal n. 8.666/93, que são, cumulativamente:

7.2.1.) Engenheiro civil ou arquiteto:

Item	Descrição dos serviços
I	Execução de obra de construção, reforma e/ou ampliação de edificações executadas com bloco estrutural de concreto.

Observações:

- O(s) atestado(s) deverá(ão) explicitar, claramente, todos os serviços executados pela empresa participante. A Comissão solicita que o licitante destaque no atestado, através de grifo ou cor, o atendimento às exigências;
- No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.
- Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referentes à obras e/ou serviços em andamento. Também não serão aceitos atestado(s) ou CATs de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.



8. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

Será admitida a subcontratação dos serviços, se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, desde que não constituem o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária.

É vedada a subcontratação dos serviços considerados para efeito de atestação da capacidade técnico-operacional e técnico profissional.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 Das Obrigações da Contratante

- a) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.
- b) Elaborar as planilhas de apontamento de serviços, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
- c) Liberar os locais para execução dos serviços.
- d) Acompanhar a execução do contrato de acordo com as normas da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010.
- e) Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços.
- f) Efetuar o pagamento do preço previsto nas condições definidas neste projeto básico.

9.2 Das Obrigações da Contratada

- a) Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura da carta contrato, uma via quitada à SEDU, do documento de “Anotação de Responsabilidade Técnica” - ART, formalizado pelo CREA/ES.
- b) Fornecer, no local de sua aplicação ou utilização, toda mão-de-obra, materiais e equipamentos, compatíveis com o objeto do contrato, requisitados pela



fiscalização. O engenheiro pleno deverá permanecer durante todo o período do dia na obra, conforme calculado no Item de Administração Local. quipe de administração local incluindo engenheiro pleno, técnico de segurança do trabalho, mestre de obras, almoxarife e vigilância, durante todo o período

c) Apresentar um plano de ataque de obra que viabilize o planejamento da execução dos serviços conforme o prazo pré-determinado neste certame licitatório.

- d) Manter, na direção da execução do(s) serviço(s), profissional (ais) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será (ão) seu(s) preposto(s).
- e) Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja presença nos locais dos serviços for julgada inconveniente pela SEDU, incluindo-se o(s) responsável (eis) pelo(s) serviço(s).
- f) Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, as Normas e Catálogos técnicos publicados pelo IOPES (Normas de Apresentação de Projetos – Arquitetura/Estrutura/Hidráulica/Elétrica, Catálogos de Ambiente, Catálogo de Componentes e Catálogo de Serviços), bem como cumprir as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina nos termos da Norma Regulamentadora nº 18 (Ministério do Trabalho), além de executar os serviços de acordo com as melhores técnicas disponíveis, com a regulamentação brasileira, com as normas técnicas da ABNT, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.
- g) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram a carta contrato, no prazo determinado.
- h) Manter nos locais dos serviços os Livros de Ocorrências/Diário de Obra, para uso exclusivo da SEDU e jogos completos de todos os documentos técnicos.
- i) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato e os que apresentarem defeitos de material, desconformidades ao especificado, execução em desacordo com a boa técnica ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.
- j) Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar, por si ou por seus empregados, à SEDU ou terceiros.
- k) Comunicar à GERFE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais dos serviços.
- l) Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela SEDU nos Livros de Ocorrências/Diário de Obra.
- m) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pela SEDU, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais da(s)



obra(s), bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

- n) Paralisar, por determinação da SEDU, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.
- o) Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência da negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.
- p) Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.
- q) Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica e saneamento, para ligações provisórias desses suprimentos.
- r) Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.
- s) Prover todos os funcionários envolvidos com o(s) serviços(s), dos equipamentos de segurança, EPI's, definidos pela legislação trabalhista e na Norma Regulamentadora nº 6 (Ministério do Trabalho).
- t) Preservar da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.
- u) Manter, durante toda a validade da carta contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- v) Manter o local da obra e/ou dos serviços isolado, não permitindo o acesso de pessoas estranhas ao mesmo, sem a prévia e expressa autorização da SEDU. A não observância desta norma acarretará a responsabilidade civil e criminal, perdas, danos e prejuízos decorrentes.
- w) Submeter-se às normas da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010, de 24/08/2010, publicada em 25/08/2010, durante a execução do contrato.

10. DO GERENCIAMENTO

A Gerência de Rede Física Escolar, GERFE – SEDU designará um servidor responsável pelo gerenciamento da execução do presente instrumento, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SEDU.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Estadual da Educação – SEDU
Subsecretaria de Suporte a Educação – SEDU/GERFE



Vitória (ES), 11 de novembro de 2017.

HELTON AFONSO GUIMARÃES

Arquiteto Urbanista

CAU A85560-0

GEPLAN Planejamento, Projetos e Gerenciamento de Obras Ltda.

Encaminhado por:

EDUARDO DE MELLO TRISTÃO

Gerente de Rede Física Escolar